

A PORTUGALIDADE NO MUNDO E COMPROMISSOS COM O FUTURO

A. Gomes da Costa

Com o desaparecimento da emigração portuguesa, que se dá a partir dos anos 60, é natural que uma das dimensões da política externa do governo de Lisboa vá perdendo a importância e a visibilidade em vários países, tradicionais receptores dessa emigração.

De um lado, porque a dependência das remessas dos emigrantes também se reduziu e Portugal não precisava mais, para equilibrar o balanço de pagamentos, dos 3 bilhões de dólares que recebia todos os anos dos portugueses que trabalhavam em terra alheia; e, de outro, porque nos lugares de destino tornou-se cada vez menor a influência e o tamanho das comunidades portuguesas.

Os exemplos do Brasil, da Venezuela, da África do Sul, dos Estados Unidos e do Canadá — para não mencionarmos, por outro viés, o que ocorre nos países europeus — não deixam qualquer dúvida quanto ao encolhimento da presença portuguesa: torna-se cada vez mais rarefeita, ressent-se da renovação, as raízes perderam força e a diáspora, hoje em dia idealiza um Portugal que já não existe: o Portugal da saudade, do vira e do “meu avozinho”.

Não há muito a fazer para se modificar esta tendência. Os excedentes demográficos e a pobreza dos países mediterrâneos, exportadores de mão-de-obra, não existem mais, e, por conseguinte, cessaram as correntes emigratórias, até porque a globalização da economia inverteu o fenômeno: os investimentos passaram a ser feitos onde ela é mais barata. Ninguém se sujeita a ser “escravo branco” nas fábricas da Renânia, ou “mulher a dias” nas casas de Paris.

Por sua vez os anos passaram sobre a última geração de emigrantes, que saiu do país de origem em meados do século. Eles já fizeram o que tinham que fazer na vida; uns venceram e não pensam em retornar; outros, não foram felizes, mas também não querem o regresso. Enfrentaram vicissitudes, muitos atravessaram momentos difíceis, como na África do Sul, na crispação do regime, ou na França,

com discriminações dos sindicatos e da “Frente Nacional”: mas tudo isso passou. E com a família integrada de corpo e alma no país de acolhimento, Portugal é ponto cada vez mais distante.

Neste contexto, pergunta-se, o que poderá ser feito para que a portugalidade — aí compreendida a Língua, os valores culturais, os costumes, os traços hereditários, o afeto à terra do país — não desapareça com o velho emigrante que deixou para trás, há muitos anos, as aldeias de Minho e de Trás-os-Montes, os Açores e a Madeira?

Ao contrário do que pensam certos políticos do Terreiro do Paço, a portugalidade dificilmente se manterá através do “encasulamento” das comunidades, ou de um formato isolacionista com que se pretende, por vezes, travar impulsos e cruzamentos. Se estiverem voltadas para elas próprias, sem capilares que as liguem às sociedades receptoras, as comunidades portuguesas acabarão por definhar e morrer sem deixar os “gens” e “patterns” de uma cultura. Do mesmo modo não é com a participação no processo político dos países de destino de meia dúzia de representantes dessas comunidades que se constrói um ambiente favorável à portugalidade. Terá efeitos positivos, um deputado canadense falar no parlamento sobre os méritos e o caráter dos trabalhadores madeirenses; ou na Califórnia, um norte-americano enaltecer a saga dos açorianos. No entanto se for um emigrante envolvido na política local a fazê-lo, que interesse pode ter o seu discurso para a permanência e o prestígio da portugalidade?

A esta altura, se há alguma coisa que o governo português pode fazer é apoiar a manutenção e a modernização daqueles equipamentos e patrimônios criados em bom tempo pelas comunidades, como é o caso dos centros culturais, das bibliotecas, dos hospitais, dos liceus, dos clubes, das Casas de Portugal, etc. Depois, se quiser ver o futuro, deve traçar uma política voltada essencialmente para atrair os luso-descendentes, vendo neles os herdeiros e continuadores naturais da portugalidade. Mas se esses luso-descendentes não conseguem, por causa da burocracia Conservatória, um registro de identidade; ou se recebem um tratamento que não leva em conta os vínculos dos progenitores; ou se não são cativados pelo fascínio de uma cultura, quem é que vai, daqui a pouco, erguer a bandeira de Portugal em terras do Brasil? O emigrante já trôpego? O funcionário do consulado? O delegado do partido político?

Se não quisermos perder os patrimônios e as heranças da emigração portuguesa, ou reduzi-los a peças de museu, é preciso mais do que nunca ter coragem e visão para apostar nas gerações de luso-descendentes — mesmo que não tenham voto. O importante é que sintam afeto por Portugal.

Dentro de mais alguns dias será inaugurado o “centro de multimídia” do Real Gabinete Português de Leitura. Desta forma, além de manter à disposição do público o acervo da biblioteca — é a mais importante e a mais rica de obras portuguesas fora de Portugal — a instituição passa também a oferecer, sem nenhum encargo para os que a visitam e freqüentam, uma nova grelha de produtos culturais, como vídeos, CD roms, música, acesso à “internet”, palestras, cursos, etc; sempre com o objetivo principal de ser, no coração do Rio de Janeiro, um foco de irradiação da literatura, das Artes e da Cultura portuguesa e brasileira.

O Real Gabinete Português de Leitura, criado em 1837, faz parte, há muito tempo, da vida e do equipamento nobre da cidade, ao lado da Biblioteca Nacional, dos Museus, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Teatro Municipal, da Academia Brasileira de Letras, dos Palácios, do Espaço Cultural da Marinha, da Casa de Rui Barbosa e de outras entidades. Muitos, entretanto, desconhecem como surgiu e como se firmou ao longo de sua existência em catedral da luso-brasilidade. O primeiro engano que se comete é pensar que o Real Gabinete é uma instituição oficial e que, portanto, tem as verbas orçamentárias garantidas pela República. Não é. Fundado há 162 anos por um grupo de emigrantes com a finalidade de melhorar o conhecimento de seus sócios, através da leitura, foi constituindo a sua biblioteca — possuidora de muitas obras raras, como, por exemplo, um dos poucos exemplares da edição “princeps” de “Os Lusíadas” — através de aquisições financiadas pela “colônia” portuguesa. Em 1880 começou a construir-se sua sede atual, na antiga rua da Lampadosa, em estilo neo-manuelino e a evocar, em pedra de lioz, a epopéia marítima dos portugueses — e tudo isso mais uma vez só foi possível graças ao lançamento de títulos colocados entre os portugueses do Rio de Janeiro, que os subscreviam sabendo que não tinham rendimento, nem resgate. Inaugurado pela Princesa Isabel em 1887, o novo edifício, que Joaquim Nabuco comparou a “Os Lusíadas” em pedra, transformou-se em biblioteca pública no ano de 1900, precisamente quando das comemorações do 4º centenário do Descobrimento do Brasil. Era, no seu simbolismo, a dádiva feita pela “colônia” ao país de acolhimento: os brasileiros é que passam a ter acesso às coleções de livros, enquanto a “colônia” cuida dos custos e da manutenção.

Nos anos 20, com Albino de Sousa Cruz e Carlos Malheiro Dias, um, com o mecenato, e o outro, com o trabalho intelectual, a instituição ganha mais prestígio, edita a “História da Colonização Portuguesa” e vai passar a receber, obrigatoriamente, um exemplar de todas as obras publicadas em Portugal, o que permite a atualização permanente da biblioteca.

Mas com o desaparecimento ainda na primeira metade do século dos senhores de posses e pendão, que no fim de cada mês pagavam as contas do Real Gabinete; sem verbas oficiais, pois em Portugal havia a idéia de que a “colônia” era rica e que o país, por ser pobre, não devia preocupar-se com as associações de além-mar; sem rendas de patrimônio e sem contribuições dos associados

para fazer face às despesas — como sobreviveu o Real Gabinete durante muitos anos em que de Lisboa não vinha um tostão e nos testamentos e codicilos dos comerciantes da praça os legados iam quase sempre para as entidades religiosas, os hospitais, as casas de assistência à terceira-idade?

Houve fases difíceis, em que até o mobiliário foi empenhado ao Instituto da Previdência e os salários dos empregados eram rateados no fim de cada mês pelos diretores. Tudo isso, felizmente, foi ultrapassado: da benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, que nas horas mais difíceis sempre apareceu com sua ajuda, até o associado mais humilde que não deixa de contribuir com sua mensalidade; do governo português, que nos últimos anos tem sido sensível ao nosso apelo, ao Banco Itaú que financiou a informatização da biblioteca de 400.000 volumes; do “depósito público” que se mantém desde a época de Salazar ao apoio de outras instituições de raiz portuguesa, como o Liceu Literário Português e a Caixa de Socorros D. Pedro V, o certo é que o Real Gabinete, ao fazer-se a passagem do testemunho — isto é, quando os brasileiros estão a assumir, para orgulho nosso, os cargos de sua direção — é uma entidade saudável, com as finanças em ordem, com a nobreza e a fidalguia que lhe é dada pela História, mas com as potencialidades e o futuro de um Brasil grande potência.

Diga-se, entretanto, que o Real Gabinete cada vez mais precisa em seus quadros de brasileiros e de luso-descendentes que comunguem dos valores da portugalidade. Se há lugares com um destino sagrado e grandioso, o Real Gabinete é um deles.